

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
DOCTRINA	25
Base conceitual.....	25
Objetivos.....	29
Requisitos	30
Salutares disposições do corpo da Lei 9.296/96	32
Crimes em interceptação de comunicações telefônicas, informáticas ou telemáticas	35
Outros Aspectos Legais	37
• Comunicações telemáticas	37
Estações Rádio Base	39
Advogado e sigilo profissional	41
Encontro fortuito de provas	41
Procedimentos de encaminhamento	43
Violação de dados por Comissão Parlamentar de Inquérito ...	43
JURISPRUDÊNCIA.....	45
Decisão judicial sucinta não prejudica a legalidade da interceptação telefônica	45
Não há restrição legal ao número de vezes em que pode ocorrer a renovação da interceptação telefônica	47
Interceptação do número do advogado do investigado e consequências processuais.....	48

É inconstitucional Resolução do CNJ que proíba o juiz de prorrogar a interceptação telefônica durante o plantão judiciário ou durante o recesso do fim de ano.....	50
É dever do Estado a disponibilização da integralidade das conversas advindas aos autos de forma emprestada, sendo inadmissível a seleção pelas autoridades de persecução de partes dos áudios interceptados.....	51
A conversão do conteúdo das interceptações telefônicas em formato escolhido pela defesa não é ônus atribuído ao Estado....	52
Proteção à comunicação não abrange dados cadastrais em si.	53
Admissibilidade da fundamentação baseada nas alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo (motivação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i>) para prorrogação de interceptação.....	53
Necessidade de fundamentação específica no deferimento de interceptação telefônica.....	56
Não necessidade de textualização das ligações telefônicas na integralidade.....	59
Admissibilidade de interceptação telefônica baseada em denúncia anônima somada a outros elementos.....	59
Inadmissibilidade probatória de comunicação firmada entre investigado e seu advogado.....	62
Prova emprestada de interceptação telefônica criminal para ação civil de improbidade administrativa.....	63
Admissibilidade da quebra de sigilo em período anterior ao de autorização de interceptação telefônica.....	65
Distinção entre afastamento de sigilo telefônico e interceptação telefônica.....	66
Diferenciação entre interceptação telefônica e registros telefônicos.....	67
Legalidade do consentimento do responsável para escuta em curso de investigação em que há vítima incapaz.....	68
Legalidade da entrada em domicílio ou local equiparado, durante o período noturno, para instalação de equipamento destinado à captação e interceptação ambiental.....	69
Legalidade da prova decorrente de gravação clandestina por um dos interlocutores.....	69

Ilegalidade da gravação, por agentes policiais, de assunção de culpa de investigado não cientificado formalmente acerca de seu direito ao silêncio.....	70
Necessidade de autorização judicial para devassa de mensagens armazenadas em celular de apreendido em flagrante.....	70
Desnecessidade de autorização judicial para acesso a registros telefônicos pretéritos.....	71
Licitude do acesso aos registros telefônicos durante estado flagrantial.....	71
Não submissão do acesso a dados cadastrais telemáticos à cláusula de reserva de jurisdição	72
Impossibilidade do uso do espelhamento do WhatsApp Web como meio de obtenção de prova, ainda que provida de autorização judicial.....	73
Admissibilidade de prova emprestada de processo crime para instrução de processo administrativo.....	74
Aplicação da Teoria do Juízo Aparente.....	74
Admissibilidade de prova de crime punido com detenção no curso de interceptação telefônica legal.....	75
Necessidade de remessa imediata dos autos ao juízo competente quando se amoldar investigação sobre pessoa dotada de foro privilegiado.....	75
Duração da interceptação telefônica.....	76
Necessidade de degravação integral apenas das comunicações relevantes ao processo.....	76
Não necessidade de cooperação jurídica internacional em matéria já submetida à jurisdição brasileira.....	77
Invalidação da prova por quebra da cadeia de custódia.....	77
ASPECTOS PRÁTICOS	81
Aspectos inaugurais	81
Caso prático – Homicídio qualificado.....	82
Procedimentos iniciais de implementação e acesso a ferramentas investigativas	89
Aspectos práticos conforme as peculiaridades das principais operadoras de telefonia.....	90

• Vivo/Telefônica – SA	90
• Claro/Embratel.....	95
• Tim.....	98
• Oi	100
• Algar Telecom – CTBC.....	104
• Nextel.....	106
Localização por Estações Rádio Base	110
• Requisição de registros de Estação Rádio Base.....	113
Interceptação telefônica por IMEI	116
Uso dos endereçamentos IPs (<i>internet protocols</i>) na investigação criminal.....	117
• Aspectos práticos para a pesquisa no <i>Whois</i> do site <i>registro.br</i>	119
Interceptação do fluxo das comunicações telemáticas e afastamento do sigilo dos dados.....	123
• Microsoft (Hotmail, Outlook, Xbox, Live, Skype etc.)	125
• Yahoo.....	126
• Locaweb	127
• Dropbox	128
• Google – versão 2019.3	128
• Facebook/Instagram.....	134
• Preservação de dados	135
• WhatsApp	138
• Apple.....	141
RECURSOS TECNOLÓGICOS APLICADOS NA INTERCEPTAÇÃO	145
<i>Nuix Voice</i>	145
Gestão de Interceptação Legal	146
Vigia NG.....	147
Guardião.....	147
<i>RSA NetWitness Suite</i>	149
Verifact.....	149

CADEIA DE CUSTÓDIA.....	151
Cadeia de Custódia – Elaborada por Hélio Molina Jorge Júnior.....	152
• Aspectos introdutórios.....	152
• Conceito.....	152
• Início da cadeia de custódia	153
• Responsabilidade	154
• Etapas	154
• Recipiente de Acondicionamento e Lacração	156
• Central de Custódia e Acesso aos Vestígios	157
• Formulário para registro de recepção e tramitação de evidência (cadeia de custódia)	158
 APREENSÃO E MANUSEIO DE APARELHOS TELEFÔNICOS	 161
Código <i>hash</i> e cadeia de custódia.....	162
Procedimento de operacionalização padrão	164
 MODELOS DE PEÇAS.....	 167
Relatório de serviço de implementação de interceptação telefônica.....	167
Auto circunstanciado em interceptação telefônica	170
Ofício requisitório de dados cadastrais	174
Ofício de criação de login e senha de acesso	176
Representação por interceptação telefônica.....	178
Representação afastamento de sigilo telefônico de linha e registros de ERBS, bem como criação de logins e senhas às plataformas.....	181
Ofício requisitório de registro de ERB.....	184
Modelo de e-mail enviado pela vítima para solicitar bloqueio provisório do aplicativo (medida reativa imediata à ciência de clonagem de conta)	186
Representação afastamento de sigilo de dados eletrônicos e registro do <i>Facebook</i>	187

Representação para prorrogação de interceptação telefônica; interrupção de dados móveis e afastamento de dados eletrônicos em nuvem e registros referentes a <i>Whatsapp</i> , <i>Google</i> e <i>Apple</i> (denominada “interceptação combo – ICT”)	189
Representação para interceptação telemática de contas do <i>Whatsapp</i> (extrato de comunicações) – versão 2019.2.....	198
Requisição visando interrupção de dados móveis dos investigados encaminhado após deferimento da representação	201
Representação de afastamento do sigilo dos dados eletrônicos armazenados pelo <i>Google</i> e interceptação telemática.....	203
LEGISLAÇÃO.....	207
Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988	207
Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.....	208
Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013	213
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013	215
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.....	235
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019	251
Regulamentação no Estado de São Paulo.....	300
Resolução CNJ nº 59, de 9 de setembro de 2008 – Conselho Nacional de Justiça	300
Portaria DGP-27, de 07.07.2005 – Polícia Civil do Estado de São Paulo	308
Provimento nº 02/2009 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	310
ANEXO I – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA – Elaborado por Higor Vinicius Nogueira Jorge.....	315
REFERÊNCIAS.....	319